

SOBRE A BREVIDADE DE UM GOVERNO “MILITAR” NEÓFITO

A atuação de João Andrade Garcez na política sergipana (1970-1971)

ON THE BREVITY OF A NEOPHYTE "MILITARY" GOVERNMENT

The work of João Andrade Garcez in Sergipe politics (1970-1971)

ALEXANDRE FIRMO DOS SANTOS¹

RESUMO

A historiografia sobre a atuação da ditadura militar em Sergipe ainda carece de novas investigações luzidas para além do golpe civil-militar e do seu alcance local que, por sua vez, destituiu o governo de Seixas Dória (1963-1964) e conferiu o cargo para Sebastião Celso de Carvalho (1964-1967). Entre o processo de instauração e consolidação do regime militar em território nacional, diversos nomes foram escolhidos sob a confiabilidade dos militares e, no caso de Sergipe, não seria diferente já que desde o governo de Lourival Batista (1967-1970) havia uma interação criteriosa por parte do Presidente da República e os seus correligionários. É nesse ínterim que surge o nome de João Andrade Garcez, homem inexperiente em matéria de governabilidade, para ocupar e gerir um “governo tampão”, segundo o qual estava envolto de uma conjuntura política e economicamente delicada. Portanto, o presente artigo se valeu de um estudo bibliográfico e documental em que objetivou abordar os principais feitos de um governo local quase nunca lembrado, talvez devido a sua curta duração; mas no que se refere à administração de Garcez, esta demonstrou ser enérgica quando confrontada pelos seus adversários, como também se mostrou corajosa ao rejuvenescer a equipe que acompanhou o governador no contexto da ditadura militar.

Palavras-chave: Golpe civil-militar. Ditadura militar. Sergipe.

ABSTRACT

The historiography on the military dictatorship in Sergipe still lacks new research that goes beyond the civil-military coup and its local scope, which, in turn, ousted the government of Seixas Dória (1963-1964) and gave the position to Sebastião Celso de Carvalho (1964-1967). During the process of establishing and

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Sergipe. Integrante do grupo Poder, Cultura e Relações Sociais na História (HIST-PCRS/CNPq). Bolsista Capes. E-mail do autor: alexandre.firmo98@outlook.com.

consolidating the military regime in Brazil, several names were chosen under the trustworthiness of the military and, in the case of Sergipe, it was no different, since since the government of Lourival Batista (1967-1970) there had been careful interaction between the President of the Republic and his supporters. It was in the meantime that the name of João Andrade Garcez, a man inexperienced in matters of governance, came up to occupy and manage a "buffer government", according to which it was surrounded by a delicate political and economic situation. Therefore, this article has used a bibliographical and documentary study to look at the main achievements of a local government that is almost never remembered, perhaps due to its short duration; but as far as Garcez's administration is concerned, it proved to be energetic when confronted by its opponents, as well as courageous in rejuvenating the team that accompanied the governor in the context of the military dictatorship.

Keywords: Civil-military coup. Military dictatorship. Sergipe.

INTRODUÇÃO

Durante o regime militar que foi instaurado no Brasil logo após o golpe civil-militar em 31 de março de 1964, tivemos a articulação das Forças Armadas para além do maior cargo do Executivo já que os interesses dos envolvidos nesse processo desejavam a obtenção do poder como um todo. Para tanto, era necessário ter uma “rede” de apoiadores e simpatizantes da “revolução” para que, dessa maneira, pudessem consolidar as prospecções traçadas para a nação. Assim sendo, os discursos dos militares eram revestidos de uma aura de entusiasmo em função das diretrizes que seguiam no combate ao comunismo e a “esquerda”.

Compara-se muito a experiência do regime autoritário no Brasil com as demais espalhadas pela América Latina, embora, todos tenham suas particularidades e dinâmicas que lhes são próprias e isso não pode ser desconsiderado. Pode-se apontar a “lógica de suspeição” como ponto em comum já que os regimes militares constituídos nessa região se valeram da suspeita do “inimigo” interno (BREPOHL, 1997; BORGES, 2007).

Todos esses regimes foram truculentos ao ponto de vilipendiarem a própria Constituição do país em proveito do combate ao “inimigo” engendrado enquanto os governos militares estavam à frente. Tendo em vista que este tento foi a suposta causa do principiar dessa ditadura que aqui já despontava, bem como serviu de argumento para sustentar toda estrutura já constituída. Nesse sentido, para que os planos dos militares lograssem êxito era de extrema

importância que os governos estaduais estivessem alinhavados com o governo federal, pois era de Brasília que as orientações e as normas eram ditadas.

Durante o regime militar no Brasil as escolhas dos governantes locais eram de forma indireta e Sergipe não fugia dessa norma. Nesse bojo, nos atentaremos à gestão de João Andrade Garcez (1970-1971) e sua política de relativa autonomia mesmo em meio a um contexto politicamente adverso, sendo que determinadas atitudes foram preponderantes para a próxima gestão que assumiria em março de 1971. Apesar da inexperiência como gestor, algo que os opositores se apoiariam para tentar desqualificá-lo, exerceu o seu mandato até o final como havia sido previsto.

Para que esta pesquisa fosse realizada foi necessário lançar mão dos jornais de época que versavam sobre o governo de Garcez; bem como os meandros dos seus feitos foram ressaltados pela historiografia sergipana a qual se valeu da contribuição dos estudos bibliográficos e documentais pertinentes à conjuntura envolvendo o regime militar em Sergipe. Por isso, o propósito deste artigo é analisar as principais ações do referido mandatário durante o seu curto período enquanto governador estadual.

1. A DITADURA MILITAR EM SERGIPE

Antes de abordar o processo de instauração do regime militar em Sergipe, se faz necessário, como forma introdutória, apresentar um quadro geral dos principais tópicos acerca do tema em âmbito nacional. Assim sendo, alguns conceitos e interpretações serão elencados neste trabalho com o intuito de demonstrar a profundidade historiográfica em se tratando do período militar, bem como fornecer uma diretriz que ampare as proposituras deste artigo.

Existe ainda uma problemática enfrentada pelos pesquisadores da ditadura militar que reside no acesso às fontes e às documentações de época, em que, por vezes, necessitam de permissões do poder público ou dos órgãos responsáveis pelos acervos para que estes sejam manuseados. Sobre isso, Célia Costa Cardoso (2011) declara que a reivindicação para que os acervos da repressão fossem liberados foi feita até de promessa de campanha eleitoral. Tendo nos arquivos públicos espaços considerados como “lugares de memórias”

(NORA, 1993)², cuja consulta é restrita a determinados documentos ou mesmo que seja possível analisá-los, contudo, vale ressaltar que ainda precisamos avançar no sentido de ampliar para um acesso documental irrestrito a respeito do regime militar.

Um dos problemas enfrentados pelos historiadores do tempo presente no Brasil ainda é a dificuldade de acesso aos documentos. A proximidade temporal nem sempre é condição para que sejam encontradas as fontes. Além dos impedimentos legais que regem a legislação arquivística, os pesquisadores se deparam com interesses corporativos e de particulares, mas não se cansam de denunciar as práticas daqueles que escondem ou danificam os documentos oficiais na intenção clara de ocultar ou não a memória da repressão no Brasil (CARDOSO, 2011, p. 18).

Conforme a Lei de Acesso à Informação promulgada em 2011³, segundo a qual regulariza as restrições e o acesso às informações. Em se tratando dos documentos do período ditatorial, a política de manuseio e restrição ainda é incipiente, embora, permaneça uma luta constante na qual se reivindica o contato com os acervos dos órgãos de repressão e de segurança, em que os prazos de sigilosidade são ampliados ou diminuídos (JOFFILY, 2013). A propósito, há de se ressaltar os conflitos entre o acesso aos informes que envolvem sujeitos e instituições já que se põe em xeque a ideia do acesso contra as leis que resguardam e asseguram a privacidade, assim sendo, “[...] a abertura dos chamados ‘arquivos secretos’ da ditadura militar conflitaria com o direito à privacidade, à proteção da imagem e da honra das vítimas, por vezes descritas naqueles documentos em situações degradantes” (FICO, 2012, p. 44).

Não podemos perder de vista que tanto Comissão Nacional da Verdade (CNV) quanto o projeto “Memórias Reveladas” foram tentativas plausíveis de obter legalmente documentos para o estudo desse assunto já que “o tema

² NORA, P. “Entre memória e História: a problemática dos lugares”. In: **Projeto História**. São Paulo, PUC, n. 10, p. 07-28, dezembro de 1993.

³ BRASIL. **Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011, regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2011.

envolve questões que ultrapassam o campo de atuação do historiador, interessando o cidadão em geral, inclusive as vítimas do regime militar que necessitam de documentos outrora sigilosos para fundamentar pedidos de anistia (FICO, 2012, p. 44). No entanto, nem todos os documentos estão disponíveis para consulta, principalmente se estes tratam da intimidade das vítimas ou de questões relacionadas à segurança nacional, porém arquivos que eram vinculados aos órgãos, por exemplo, do Serviço Nacional de Informação (SNI) podem ser consultados.

O que pode ser considerado uma novidade é o que viria logo após ao referido golpe, a saber: um governo de regime ditatorial (D'ARAÚJO; JOFFILY, 2019). Este sim pode ser considerado algo novo, pois como o propósito era responder à altura a suposta “revolução” comunista liderada pelo então presidente João Goulart e com a conivência dos entusiastas das reformas de base, portanto, os militares empreenderam uma “contrarrevolução” a fim de frustrar as ações insurgentes que se avizinhavam.

Para os que patrocinaram, o golpe foi a “revolução de 64”, a “revolução redentora” [...]. Para muitos militares, Goulart planejava um golpe, buscando manter-se no poder com o apoio das esquerdas que, afinal, o dominariam, tornando o seu governo definitivamente comunista. Embora não existam provas que sustentem essa interpretação, os que pensam assim entendem que 1964 foi um “contragolpe preventivo” para evitar o “golpe” de Goulart (FICO, 2014, p.10).

Sobre a “contrarrevolução”, mencionada linhas atrás, Ridenti (2018) entende também como um ato preventivo em 1964 no qual se fundamenta mediante a lógica desfigurada das utopias “libertadoras” nacionais, corroborando, dessa forma, com o entendimento de historiador Carlos Fico. Nesse mesmo raciocínio, Mary Del Priore (2019) sublinha que o golpe civil-militar⁴ possuía um caráter defensivo e não a intenção de constituir um novo regime de governo. Portanto, segundo a autora, essa intervenção militar sustentava-se em um discurso “salvífico” com a promessa de preservar a família

⁴ A expressão “golpe civil-militar” é utilizada considerando a participação da sociedade civil em que, por exemplo, instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a contribuição de inúmeros empresários no processo de destituição do governo Goulart (FICO, 2014).

e a Constituição, por exemplo; segundo a qual ganharia apoio de pessoas dotas e iletradas porque essa proposta intervencionista parecia-lhes positiva.

No Brasil, as primeiras discussões sobre a emergência do novo regime concentraram-se em duas posições opostas. Os defensores do movimento desde o início estiveram a qualificá-lo de revolução pela conotação positiva que o termo carrega enquanto construção de uma nova fase de grandes realizações. Entretanto, seus opositores, baseados, sobretudo, no envolvimento militar e na forma como se realizou a deposição do Presidente da República, passaram a denominá-lo de golpe de Estado [...] (DANTAS, 2014, p. 11).

Nesse sentido, essas concepções permitiriam que grupos de diversos setores da sociedade se organizassem em torno dos ideais propagandeados pelos militares, já que a aparição de um “inimigo” respaldaria os próximos passos a serem dados no combate ao comunismo no Brasil. Após a deposição de Goulart do poder, assumiu o cargo de presidente o general Castelo Branco (1964-1967), segundo o qual tomaria medidas drásticas para consolidar as pretensões revolucionárias que já estavam em andamento.

Não demoraria muito para que Sergipe também fosse alcançado pelos tentáculos engendrados durante a sucessão dos governos militares e suas respectivas ações no âmbito nacional, as quais reverberariam na política local. Vale ressaltar que a presença dos militares na vida política vem do período imperial, sobretudo, na transição do Segundo Reinado para a República em que eles tiveram atuações preponderantes no cenário político; embora tenha se criado um “mito” de que os militares estão recolhidos aos quartéis o que não é verdade, pois quase sempre encontramos alguns deles ocupando cargos públicos (ZAUERCH, 2001).

Relaciona-se a proposta deste trabalho o debate acerca de “utopia autoritária” em que esta é compreendida por uma “crença de que seria possível eliminar quaisquer formas de dissenso (comunismo, ‘subversão’, ‘corrupção’) tendo em vista a inserção do Brasil no campo da ‘democracia ocidental e cristã’” (FICO, 2004, p. 34). Havia um objetivo explícito dos militares em ocupar os postos de comando do país, embora este propósito tenha sido recepcionado de formas diferentes pelas alas das Forças Armadas. A obra *Visões do Golpe* organizada por D’Araújo, Soares e Castro (2014), reforça essas diferenciações

a despeito dessa “utopia autoritária”, pois durante a leitura dos depoimentos percebeu-se que havia de fato participações distintas dos militares durante o processo de preparo do Golpe civil-militar de 1964, bem como posteriormente.

A propósito, os autores da supracitada obra declaram que “os militares que aqui depõem em sua maioria não tiveram uma liderança destacada nos preparativos do golpe. Foram, no entanto, peças importantes na implementação e manutenção do regime” (D'ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 2014, p. 5). Portanto, essa perspectiva corrobora que mesmo havendo o interesse comum em tirar do caminho os “inimigos” internos que, porventura, poderiam obstá-lo, os militares tinham métodos e maneiras diferenciadas de fazê-lo.

O cientista político Ibarê Dantas (2014) descreve a presença militar em Sergipe da seguinte forma:

A presença militar na política de Sergipe no período republicano foi bastante intensa até 1945. Inicialmente vários oficiais participaram de Juntas Governamentais ou da Presidência do Estado [...]. Apesar de, no período pós 1945, haver essa predominância quase que exclusiva de civis, de 1964 a 1984, por força da instauração do regime autoritário, a autonomia administrativa, própria dos governos das unidades federativas, foi bastante afetada pelo jugo da interferência militar (DANTAS, 2014, p. 13).

O mesmo autor cunhará o conceito de “Tutela Militar” que, posteriormente, faria parte do “glossário” da historiografia sergipana. Assim sendo, ao estudar o período militar em Sergipe é quase que incontornável não lançar mão desta concepção, segundo a qual é concebida como uma “[...] fase de sujeição em que a sociedade política e a sociedade civil, na esfera estadual, estiveram submetidas ao controle dos militares, configurando autoritarismo de Estado e/ou Estado Autoritário” (DANTAS, 2014, p.17). Portanto, a atuação do governo eleito indiretamente não se limitaria ao âmbito nacional, mas as decisões ecoariam nas mais diversas regiões do país já que a pretensão era constituir uma “rede” de apoiadores dos interesses revolucionários.

Conforme a descrição de Amanda Marques dos Santos (2014), assim que o golpe foi instaurado o então governador do estado, Seixas Dória, retornava do Rio de Janeiro para Aracaju no dia 01 de abril 1964. Esperava-se uma postura

apoiadora do movimento em curso assim como alguns outros governantes, mas o que se viu foi um posicionamento de oposição ao regime ditatorial recém-implantado no Brasil. O estudioso do tema Ibarê Dantas traz um detalhe importante sobre a resistência de Seixas Dória que “[...] quando o movimento civil-militar já era dado por vitorioso, leu mensagem dirigida ao povo sergipano, reafirmando sua disposição de permanecer na luta em favor das reformas estruturais” (DANTAS, 2014, p. 22), ou seja, continuaria apoiando as ideologias insurgentes, outrora, protagonizadas por Goulart.

Em que pese a atitude do governante sergipano, não demoraria em que este tivesse o mesmo fim de Goulart; isso porque Seixas Dória foi preso e levado para o 19º BC, em Salvador, logo depois, foi transferido para a ilha de Fernando de Noronha. Diante disso, entende-se que aqueles chefes do Executivo que decidiram se opor às pretensões militares sofreriam punições drásticas, embora, o mesmo não se aplicou para os apoiadores da dita “revolução” (DANTAS, 2014). Dessa forma, com a vacância do cargo, era necessário escolher alguém que fosse capaz de conduzir um estado amplamente marcado por “rivalidades” políticas; para tanto, seria necessário escolher o substituto do mandatário anterior.

Ibarê Dantas descreve da seguinte forma o empossamento de Celso de Carvalho:

[...] o major do Exército Lário Lopes Serrano, comandante da 19ª Circunscrição do Serviço Militar, fora acordar o vice-governador, Sebastião Celso de Carvalho, para assumir interinamente o governo do Estado de Sergipe. O comandante do 28º BC, como delegado da nova ordem, meio sem jeito passou-lhe o cargo (DANTAS, 2014, p. 30).

Diante desse novo cenário político em Sergipe, “[...] o Executivo ficava formalmente sob controle do PSD, mas no Legislativo a UDN passou a ter maior influência” (DANTAS, 2014, p. 31), isso reverberaria nas decisões tomadas pelos membros da Assembleia, acarretando na distinção dos posicionamentos de três dos deputados da casa, a saber: Cleto Maia (PRT), Viana de Assis (PR), Nivaldo Santos (PR). Estes deputados, segundo Dantas, discursaram a favor do governador deposto, rendendo ao novo governante estadual e os parlamentares

locais as instruções militares para consolidação dos seus ideais oriundos da revolução.

A sequência dos governadores escolhidos indiretamente em Sergipe após Seixas Dória (31.01.1963 a 01.04.1964) e Sebastião Celso de Carvalho (01.04.1964 a 30.01.1967) é: Lourival Batista (31.01.1967 a 14.05.1970), João Andrade Garcez (04.06.1970 a 14.03.1971) e Paulo Barreto de Menezes (15.03.1971 a 14.03.1975)⁵. Cabe aqui destacar que o governo a ser analisado é tido como provisório, no entanto, pelo fato de ocorrer em um contexto de mudanças políticas consideráveis visando às eleições de 1970, cuja decisão de renúncia tomada por Lourival Batista atrairia os olhares cobiçosos dos seus adversários, pois naquela altura ele era o governador e, ao renunciar, o vice-governador – ocupante natural do cargo –, também recusaria a vaga em detrimento da oportunidade no Tribunal de Contas (DANTAS, 2014).

Sobre esse impasse no comando estadual, Ibarê Dantas assevera que:

Quando Lourival Batista renunciou, em 14.05.1970, seis meses antes das eleições, para candidatar-se ao Senado criou um problema institucional para o governo federal resolver. Como o vice-governador, Manoel Cabral Machado, preferiu o Tribunal de Contas ao governo de nove meses, e a posse de Paulo Barreto de Menezes estava estabelecida para 15.03.1971, tornou-se necessário escolher um novo sucessor (DANTAS, 2014, p. 200).

Aproveite a necessidade de encontrar um substituto que de forma temporária pudesse exercer prontamente a gestão estadual em meio as turbulências da época, uma vez que o estado passava por um processo de reestruturação econômica – algo característico, principalmente, na região do Nordeste –, por isso quem assumisse o governo deveria estar ciente das dificuldades em vários setores. A década de 70 já despontava com transformações nunca antes vista em Sergipe, embora, tivesse que contornar as

⁵ Essas informações foram embasadas de acordo com a galeria da Casa Civil pertencente ao Governo do Estado de Sergipe. Sobre a galeria de governadores, ver: SERGIPE. Casa Civil. **Galeria de Governadores**. [Aracaju]: SECC, 2023. Disponível em: <https://www.se.gov.br/casacivil/casacivil_galeria_de_governadores>. Acesso em: 09 fev. 2024. Para tanto, entendemos que existem outros governantes que atuaram durante o regime militar, mas devido às pretensões de manter os governadores antecedentes ao objeto de estudo, isto é, a gestão de Garcez, e o chefe do Executivo subsequente, no caso, Paulo Barreto de Menezes uma vez que eles fornecem uma conjuntura fundamental para alcançar o objetivo deste trabalho.

mazelas sociais que acompanhavam os auspiciosos vislumbres econômicos no estado (LACERDA, 2013). Consoante Ricardo Lacerda, o qual entende que o supracitado período compreende um “[...] intenso crescimento do PIB, em que novas atividades vão ser implantadas, com impactos importantes na dinâmica de crescimento” (LACERDA, 2013, p.1), ou seja, não é porque houve uma probabilidade de prospecção na economia sergipana que as problemáticas sociais haviam sido resolvidas.

Reitera-se, portanto, as dificuldades que o governo Garcez enfrentaria, enquanto chefe do Executivo. A proposta desse tópico era discorrer, mesmo que de forma panorâmica, a respeito do processo de instauração do regime militar em Sergipe, bem como os primeiros governadores que se sucederam e antecederam neste período histórico a curta e conturbada gestão de Garcez, a qual será apresentada nos próximos tópicos.

2. A ESCOLHA DO GOVERNO “TAMPÃO” E A RECONFIGURAÇÃO DA POLÍTICA LOCAL

O governo de João Andrade Garcez (04.06.1970 a 14.03.1971), cuja duração foi de nove meses em que as exigências foram “renovadas”, enfrentou a desconfiança dos seus pares e a inabilidade política que rondava suas ações. Nascido em Laranjeiras, em 25 de junho de 1926, odontólogo de formação, Garcez possui uma trajetória política um tanto curiosa já que por um “acaso” tornou-se político. Aliás, esse é um dos motivos pelos quais sua administração foi questionada por seus adversários que, naquela altura, já se apresentavam a fim de obstar o seu mandato.

Em relação ao “acaso”, Ibarê Dantas assevera:

O novo chefe do Poder Executivo sergipano era um cirurgião dentista voltado, sobretudo, para o exercício da profissão [...]. Homem sóbrio e discreto, confessou-nos que se inscreveu na ARENA em face da informação de que todo servidor federal era obrigado a filiar-se no partido do governo sob pena de não receber os proventos (DANTAS, 2014, p. 201).

A motivação que levou Garcez a se lançar na carreira política é jocosa, mas ao mesmo tempo foi o diferencial durante sua gestão uma vez que ele não possuía nenhuma ligação com qualquer grupo partidário ou nem era vinculado aos nomes já experimentados da política local. Vale sublinhar que a escolha do dentista João Garcez Andrade ocorreu em virtude da necessidade de um mandatário no poder, tal decisão seria de forma indireta e ocuparia um governo provisório ou como foi denominado na época de “governo tampão” (JESUS, 2022, p. 51). Nas palavras de Ibarê Dantas, foi “neste interstício, inicialmente assumiu interinamente a chefia do Executivo o então presidente da Assembleia Legislativa Wolney Leal de Melo, de 14.05.1970 a 04.6.1970 [...]” (DANTAS, 2014, p. 200), tudo isso se deu logo após as renúncias de Lourival Batista e do seu vice já que tinham outras pretensões das quais não envolviam o governo estadual.

O presidente da Assembleia Legislativa, Wolney Leal de Melo, ocupou o cargo de governador até resolverem o impasse do governo provisório que até aquele momento só tinham os nomes dos prováveis substitutos e estes ainda seriam adicionados numa lista tríplice a ser apreciada pelo presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Durante esse processo de escolha, será observada uma substancial insatisfação com o governador que renunciara em detrimento das eleições de 1970, pois “em meio a muita divergência interna entre os principais chefes políticos locais, a presidência arbitrava” (DANTAS, 2014, p. 200). Esse ritual de indicações seguiam as proposituras do regime militar, portanto, era necessário que todas as etapas fossem cumpridas.

Conta-se que quando Lourival Batista deixava o governo, os principais nomes da bancada sergipana da ARENA no Congresso estavam com o presidente Médici, manifestando o seu desacordo com as providências que aquele ex-governador vinha tomando. Como alternativa, a presidência concedeu o prazo de 72 horas para a Executiva arenista apresentar a lista tríplice para o presidente da República escolher o nome que governaria Sergipe nos nove meses subsequentes (DANTAS, 2014, p. 200-201).

Percebe-se, portanto, que a configuração política local não era tão unânime assim em se tratando de escolhas e decisões a serem tomadas. Mesmo

sendo participantes da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), alguns dos seus membros tinham origens distintas – havia, inclusive, uma parcela de ex-udenistas. A propósito, a União Democrática Nacional (UDN) era um partido de grande expressão pelo fato de “[...] ter sido no período anterior uma das forças políticas mais importantes de Sergipe” (MONTALVÃO; SEIDL, 2010, p. 3). Sem contar que havia a presença de outros partidos, extintos em virtude do AI-2, por exemplo, o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); essa presença se dava através dos seus ex-filiados. Nas palavras de Luiz Antônio Barreto, a UDN era “[...] fortalecida nacionalmente, mas dividida em Sergipe” (BARRETO, 2007, p. 244), ou seja, se o partido que outrora era o responsável por protagonizar eleições estaduais acirradas com seus opositores, durante o passar do tempo, foi-se esfacelando em detrimento de interesses escusos.

O descontentamento contra as decisões de Lourival Batista, talvez, tenha suas origens no ano de 1966 como descreve Marcos Cardoso (2015), pois esse ano remonta um contexto político em que havia três dos principais nomes para assumir o cargo de governador de Sergipe, a saber: Leandro Maynard Maciel, Augusto Franco e Arnaldo Garcez. Levando em conta o apoio de Luiz Viana Filho, então ministro de Castelo Branco, conseguiu-se convencer o referido presidente a escolher Lourival Batista para ocupar o cargo de governador estadual em Sergipe – isso impulsionou as desavenças entre os principais grupos e os seus “herdeiros” políticos. Para Barreto (2007), Lourival Batista ganharia a confiança dos presidentes militares, passando a integrar o Diretório Nacional da ARENA, qualificações que o cercavam de prestígio para com os seus adeptos; por outro lado, deixava os seus adversários insatisfeitos.

Estes grupos e os seus “herdeiros” podem ser denominados como as “grandes famílias” que se perpetua e se reproduz tanto no cenário nacional como também no âmbito local, desse modo, “[...] é comum a prática de consagrar e invocar os ‘feitos’ dos seus antepassados, utilizando-se disso como recurso, revelando uma espécie de ‘vocação’ ou ‘condição natural’ para a política” (LEANDRO; SANTOS, 2010, p. 12). Nesse sentido, observa-se que a manutenção das linhagens familiares no meio político incide nas ferrenhas disputas não meramente por cargos, mas por poder que deles “emanam”;

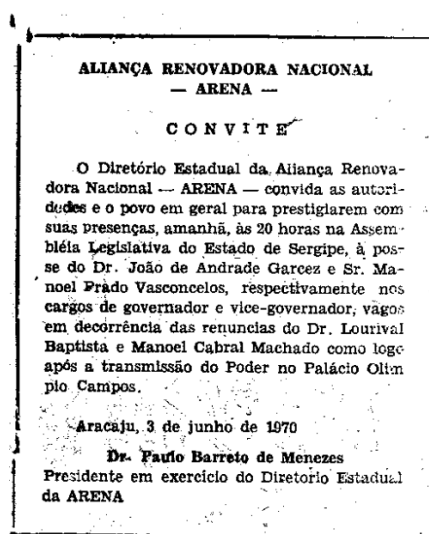
entendendo-o como um fenômeno “invisível”, contudo, tão presente na interação entre os indivíduos em função daquilo que Bourdieu (1989) denomina de cumplicidade.

Essa manobra política surtiria efeitos contundentes anos depois durante a elaboração de uma nova lista tríplice na qual o nome de João Andrade Garcez estava inserido. Apesar dos protestos dos seus correligionários de partido, a lista chegou às mãos do presidente Médici que escolheria o menos provável. Diante dessa circunstância de escolha, Ibarê Dantas nos conta que Garcez “[...] foi ao Comando do 28º BC pedir para ser dispensado em caso de preferência para o seu nome” (DANTAS, 2014, p. 201). O jornal Gazeta de Sergipe, publicado no dia da aprovação dos nomes que constavam na lista tríplice, descreve com riquezas de detalhes o procedimento em que declara:

O Diretório Estadual da ARENA de Sergipe, reunido na manhã de ontem, resolveu por unanimidade dos seus membros, homologar as escolhas dos nomes de João Andrade Garcez e Manoel Prado Vasconcelos, para Governador e Vice-governador, respectivamente, ao mesmo tempo em que dirigiu telegrama ao Presidente Médici, informando-o dos acontecimentos e declarando-se satisfeito com as indicações feitas pelo Chefe do Governo. Logo no início da reunião houve uma pequena celeuma entre os dezoito componentes, quando o Sr. Manoel Conde Sobral sugeriu que a votação [...] fosse realizada nominalmente, com total discordância do Deputado Djenal Tavares que afirmou: “É melhor fazermos tudo dentro do que estabelece a Lei, para que esta reunião não venha a ser anulada” (GAZETA DE SERGIPE, 2 de junho de 1970, p. 1).

Diante dessa descrição, pode-se notar a rigidez com a qual o processo estava sendo conduzido uma vez que cada etapa deveria obedecer ao que estava previsto por lei como bem frisou o então deputado Djenal Tavares. Tendo os nomes do governador e do seu vice homologados, ocorre a solenidade da transmissão simbólica da faixa como postula os ritos já estabelecidos na legislação. Um convite foi divulgado no jornal Gazeta de Sergipe em 4 de junho de 1970, com o intuito de anunciar os empossamentos dos novos gestores.

Figura 1: Convite da ARENA para a posse dos novos gestores.



Fonte: (Gazeta de Sergipe, 1970, p. 1).

Já empossados em seus cargos, Garcez e Manoel Prado Vasconcelos enfrentariam problemas com a estiagem que os acompanhariam durante toda sua curta passagem; algumas intercorrências que ficaram por serem resolvidas nessa nova gestão – destaques para a problemática envolvendo a reforma administrativa pautados para aquele ano, bem como no setor educacional. Enfim, o governo tampão teria muitas adversidades e pouco tempo para solucioná-las, por essas e outras que Garcez tomaria medidas únicas.

Estas medidas eram voltadas às circunstâncias que se apresentavam naquele contexto desde que não “saíssem” do campo de visão dos militares, pois suas ações tinham limites e só poderia ir até onde lhe era permitido.

3. GARCEZ E AS PRINCIPAIS MEDIDAS ECONÔMICAS ADOTADAS: UM PANORAMA NECESSÁRIO

O governo Garcez seguia as rédeas das diretrizes do campo econômico sugeridas pelo presidente Médici e os seus ministros. No entanto, havia alguns contrastes de interesses e críticas como quando o economista Gilson Cajueiro de Holanda, então secretário da Fazenda, foi descrito pelos redatores como o “novo e a novidade, encontram fortes resistências do ‘velho’, da rotina e dos

hábitos enraizados” (ROSA, 24 de julho de 1970, p. 3), ou seja, ao novo secretário era imputado um desafio que remontava aos problemas fiscais antigos, os quais deixaram legados econômicos deficitários para o estado.

Conforme o economista Ricardo Melo, “[...] o desenvolvimento da economia sergipana tem como seu principal determinante o ritmo e a natureza da expansão da economia brasileira e a incidência regional das políticas nacionais, sejam elas de cortes setorial, social ou de infraestrutura” (MELO, 2019, p. 359). Portanto, observa-se as aproximações e interações entre as esferas estadual e federal em se tratando de atuação no regime de cooperação entre as partes, já que Garcez soube articular-se com as políticas públicas nacionais beneficiando o desenvolvimento de Sergipe.

Capitaneando uma reforma administrativa e ordenando diversas melhorias estruturais das quais viriam atenuar a problemática do sertão, Garcez “considera como grandes feitos de seu governo as obras de preparação para o Porto, a liberação da TV e sobretudo ter conseguido que a unidade da Petrobras não fosse transferida para Salvador” (DANTAS, 2014, p. 139). Haja vista que todas essas medidas tomadas em um espaço curto de tempo foram salutares para os avanços na infraestrutura e, principalmente, conter a enxurrada de exigências por vários setores da sociedade sergipana.

Dentre os feitos de Garcez em sua administração destaca-se a manutenção do polo da Petrobras em Sergipe, soma-se a este fato às descobertas de jazidas de potássio e o poço Caioba-1 que, inclusive, foram motivos de muitos debates e reuniões com o objetivo de direcionar as explorações sem prejuízos. No que se refere ao poço Caioba-1, o editorial declara que o mesmo tem “[...] grande formação oleífera tornará possível em pouco tempo a conquista da auto-suficiência fato até então considerado quase improvável dentro das projeções elaboradas pela PETROBRAS [...]” (DIÁRIO DE ARACAJU, 12 de fevereiro de 1971, s/p). Havia rumores de que antes mesmo dessas descobertas ocorresse a transferência do polo em Sergipe para Salvador – algo que, no entender dos políticos locais, seria prejudicial para o estado.

Embora já tenha sido mencionado a respeito da reforma administrativa que permearia o governo Garcez, é de bom alvitre destacar que havia uma equipe organizada para tratar do assunto e, periodicamente, se reuniam em

seminários para discutir e verificar o andamento dos programas desenvolvidos pelo grupo encarregado pelas projeções de outras medidas a serem tomadas. A propósito, toda e qualquer intenção de reforma administrativa deveria se embasar pelo Decreto-Lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967⁶, segundo o qual dispõe sobre a organização da administração federal e apresenta as diretrizes para conduzir e amparar possíveis reformas. Essa experiência reformista foi replicada na capital sergipana, mas logo foi suspensa, isto é, não foi implementada em sua completude devido as distinções das predileções políticas existentes (CAMPOS, 1970).

Durante os eventos realizados na capital sergipana a fim de cumprir as agendas de Cirne Lima, houve a participação das principais autoridades vinculadas ao governo estadual as quais foram às associações de trabalhadores rurais e espaços afins. Como já fora dito, Paulo Barreto estava a poucos meses de assumir o cargo de governador e apresentou o seu plano para desenvolver a agricultura no estado, solicitou um orçamento cuja quantia era de 3 milhões e duzentos mil cruzeiros – sendo esse um valor cinco vezes maior do que no ano anterior (GAZETA DE SERGIPE, 20 de janeiro de 1971). Ou seja, os planos se voltavam para as melhorias estruturais para captação de recursos visando destiná-los ao desenvolvimento e manutenção econômica de Sergipe.

Infere-se que as medidas econômicas adotadas também seguiam as diretrizes dos governos militares, embora tenhamos apresentado apenas alguns pontos altivos da gestão Garcez no tocante a economia; ressalta-se a necessidade das tomadas de decisões a fim de contornar circunstâncias que já se arrastavam de gestões anteriores, por isso a ideia desse tópico era demonstrar um “panorama necessário”.

4. A EXPLICAÇÃO DE UMA CONJUNTURA: MUDANÇAS POLÍTICAS E SOCIAIS NO GOVERNO GARCEZ

⁶ BRASIL. **Decreto-Lei nº200**, de 25 de fevereiro de 1967, dispõe sôbre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Brasília,DF: Diário Oficial da União, 1965.

A gestão de João Andrade Garcez, na prática, não se iniciaria logo após a solenidade de posse porque ele mesmo solicitou mais um tempo para deixar em ordem as ocorrências da sua vida pessoal, vale ressaltar que Garcez ainda exercia sua profissão de dentista, portanto, eis aí um dos motivos particulares alegados ao presidente da Assembleia Legislativa. Para tanto, era compreensível a solicitação de “dilatação do prazo para sua posse no Govêrno estadual, ‘a fim de melhor equacionar seus afazeres particulares” (GAZETA DE SERGIPE, 2 de junho de 1970, p. 1). Este pedido foi comunicado ao deputado Heráclito Rollemberg, presidente da Assembleia Legislativa, que em caráter de emergência convocaria uma sessão extraordinária.

Durante as primeiras semanas de sua gestão, Garcez foi representado por seu vice Manoel Prado Vasconcelos, este era um comerciante mais conhecido como “Seu Rezinho” (BARRETO, 2007). Em 1970, ocorreriam as eleições, por esse motivo inúmeras articulações já estavam sendo efetivadas uma vez que visavam, principalmente, a vaga para o Senado. Enquanto os candidatos se organizavam a nova gestão já estava atuando a fim de contornar as problemáticas deixadas pelo gestor anterior, no entanto, os governantes já se depararam com as críticas advindas da imprensa. O fato em questão referia-se ao mau uso das verbas destinadas pelo Ministério da Educação e Cultura ao Conselho Estadual de Educação, e era uma espécie de denúncia realizada pelo jornal Gazeta de Sergipe através dos comentários no editorial, dando a perceber que a descrição “soava” como desabafo.

Segundo comentário publicado na edição de ontem no “Diário de Aracaju”, o Estado de Sergipe vai devolver a fabulosa importância de 350 mil cruzeiros que deveria ser aplicada num programa cultural, por culpa da inoperância do Conselho Estadual de Educação, o qual, no dizer do comentarista, do Composto por medalhões que não comparecem às reuniões do mesmo Conselho [...]. Na verdade aqui não se apoia, oficialmente, o que se faz ou procura se fazer, tanto na preservação do já escasso patrimônio cultural de Sergipe, assim como no incremento e desenvolvimento das iniciativas de natureza cultural [...] (GAZETA DE SERGIPE, 23 de julho de 1970, p. 3).

Percebe-se, portanto, que tal denúncia expunha a forma com a qual as verbas de determinados órgãos eram administradas, servindo de alerta para a gestão de Garcez que precisava dar uma resposta a essa circunstância. No

mesmo editorial, há uma expectativa sobre a atuação do novo secretário da pasta diante da explicitação do problema, em que declaram “[...] estamos certos de que S. Excia. saberá tomar as devidas providências no sentido de que isto não mais ocorra no futuro” (GAZETA DE SERGIPE, 23 de julho de 1970, p. 3). No dia seguinte a denúncia feita através do editorial, o governador Garcez já orientava ao seu secretário da Educação e Cultura, o professor Nestor Piva, como proceder diante do problema apresentado e confirmando a renovação do quadro de conselheiros já que, aparentemente, os nomes anteriores configuravam o cerne dessa celeuma.

Para Ibarê Dantas, o contexto inicial do governo Garcez não girava em torno apenas dos aspectos educacionais e culturais, pois “sendo o novo governador de Sergipe um neófito em política, e tendo irmão militar ocupando posto de destaque em Brasília, passou a ser visto como tendente a prestar uma colaboração maior do que seu antecessor, tido como matreiro” (DANTAS, 2014, p. 138). Observa-se que Ibarê Dantas já faz certa comparação entre os governos de Lourival Batista e o de Garcez, sendo este último mais maleável nas tratativas e exigências feitas pelo regime militar. A fim de que houvesse uma comunicação mais estável entre os militares e o inexperiente governador, as figuras do seu irmão Amintas Garcez e do auxiliar José da Silva Ribeiro se destacam, isso porque ambos já possuíam experiência, sendo suas intervenções cruciais para as tomadas de decisões (DANTAS, 2014).

No entanto, havia uma “papelada” burocrática a ser assinada em que boa parte era reivindicando autorização para cassações, embora as expectativas do general Abdon Sena fossem as melhores possíveis ainda dependeria das decisões do governador que, antes de tal intento, escolheria o seu secretariado para compor e auxiliá-lo no governo tampão (DANTAS, 2014). Garcez desejava governar com um mínimo de autonomia permitida pelos militares e sua estrutura política, inclusive, a escolha do nome do referido governador de Sergipe pelo presidente Médici fazia parte das estratégias revolucionárias engendradas não apenas no golpe civil-militar, mas também no regime ditatorial que se sucederia.

As indicações de candidatos não compromissados com as estruturas políticas oligarcas, preferentemente técnicos de boa categoria, irão constituir o embrião das novas lideranças estaduais afinadas com a política presidencial, sustentáculos da Revolução, que assim

organizadas tornam-se a fonte do novo Poder da República [...]. Dado o regionalismo do nosso sistema federativo, os Governadores dos Estados tornaram-se automaticamente no Poder básico da política nacional (GAZETA DE SERGIPE, 15 de maio de 1970, p. 3).

Como se fosse um jogo em que cada peça se torna imprescindível no campo do poder político, para os militares, cada governo estadual deveria seguir as diretrizes elencadas. Nesse sentido, Médici seguia o raciocínio praticado pelos governos militares no qual a ideia era manter todos os governadores sob sua tutela e a melhor forma encontrada era o próprio presidente escolher os gestores locais a partir da lista tríplice. Essa perspectiva tinha suas origens nas ações do presidente Castelo Branco, segundo a qual "[...] havia uma política governamental – ao menos na facção militar castelista – baseada na crença de que, para se manter, o regime precisava de legitimidade junto a uma parcela significativa da sociedade e, em busca disto, tentava associar a sua ação a alguns princípios democráticos" (VASCONCELOS, 2013, p. 342). A fim de ter os governadores locais alinhados aos princípios revolucionários, houve uma limitação das decisões o que, em certa medida, influenciaria posteriormente as relações de Garcez com o general Abdon Sena.

Na obra *Estado e Oposição no Brasil*, a autora Maria Helena Moreira Alves (1984) nos apresenta a perspectiva de como a ideologia da Doutrina de Segurança Nacional moldou as estruturas do Estado brasileiro já que ao executar o projeto de Golpe civil-militar era necessário substituir tudo que fizesse referência ou fosse resquício daquilo que ela denomina como Estado populista, portanto, observa-se a aplicação da concepção do anticomunismo. Nesse sentido, essas mudanças seriam refletidas nos governos locais, onde haveria as substituições dos “quadros” governativos que ainda se faziam presente; porquanto a sociedade civil também seria alcançada por essa proposta modificadora.

Mesmo em meio a lógica da suspeição e do “perigo” constante em que os militares firmaram os sustentáculos em busca da legitimação, almejou-se a “plenitude democrática” para somente depois alcançar uma “democracia ideal” (VASCONCELOS, 2013). Por essas e outras que podemos verificar que no decorrer dos desdobramentos do regime ditatorial no Brasil algumas práticas que eram vigentes antes da intervenção militar foram mantidas, mas de forma

mascarada como é o caso das eleições indiretas nas Assembleias Legislativas, por exemplo. Corroborando com essa lógica engendrada no referido contexto, Borges (2007) declara:

[...] regime fundado sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional se atribui uma vocação revolucionária destinada a modificar o *status quo*. A nova autoridade se considera autodotada, tendo em vista sua condição revolucionária, dona de um poder suficiente para eliminar os fatores adversos que perturbem a ordem, e para adotar medidas visando a assegurar e consolidar o movimento revolucionário e impor os seus objetivos (BORGES, 2007, p. 27).

Essa mudança seria necessária para o bem da nação uma vez que era preciso legitimar as proposituras instauradas desde o Golpe civil-militar. Retomando o ponto em que Garcez escolhe o seu secretariado, aproveitando a pouca deliberação da qual dispunha, nomes de pessoas que pouco ou nunca participaram do círculo político sergipano foram surgindo como novidades não apenas pelo fato de estarem na condição de novatos, mas por serem considerados jovens demais o que rendeu às escolhas do governador a alcunha de “jardim de infância” dada a jovialidade da sua equipe (DANTAS, 2014). Isso não atrapalharia Garcez durante o seu curto mandato, mas não o eximiu de gerir a situação dos “flagelados” pela seca e outras intercorrências.

No que tange o episódio dos flagelados, Garcez articulava ações preponderantes visando conter as necessidades básicas dos moradores do sertão sergipano e regiões adjacentes que estavam sofrendo com as estiagens. “Os flagelados estão recebendo alguma ajuda em dinheiro [...] Garcez determinou a concessão da pequena ajuda depois de que dezenas de pessoas vindas do sertão de Sergipe e Alagoas começaram a chegar diariamente ao Palácio alguma forma de ajuda” (DIÁRIO DE ARACAJU, 14 e 15 de fevereiro de 1971, s/p). Portanto, nota-se quão sofrível era a vida daquelas famílias em função da seca, inclusive, essa mesma edição do referido jornal assevera a presença de crianças doentes que faziam parte dos grupos de sertanejos que se deslocavam em busca de ajuda e condições melhores de vida.

Até o momento não chegaram os caminhões pipas que deverão ser enviados pela SUDENE para trabalharem no abastecimento

de várias localidades onde não existe de nenhuma forma água potável. Os caminhões utilizados atualmente não chegam para atender todo Estado, pois o transporte de água está sendo feito de distâncias às vezes superiores a setenta quilômetros. Quase toda água para o abastecimento está sendo apanhada no rio São Francisco (DIÁRIO DE ARACAJU, 14 e 15 de fevereiro de 1971, s/p).

Nota-se que as ações do governador asseguravam-se naquilo que estava ao seu alcance e mesmo com o apoio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) ainda enfrentavam problemas logísticos que interferiam diretamente em soluções mais efetivas, até porque “[...] as Frentes de Trabalho não mas têm condições para absorção de volume de mão de obra em contínua ascensão” (DIÁRIO DE ARACAJU, 14 e 15 de fevereiro de 1971, s/p). O governador João Andrade Garcez viajaria até essas “frentes de trabalho” a fim de acompanhar mais de perto a situação de calamidade que era amenizada com as distribuições dos donativos fornecidos pela SUDENE, embora as expectativas de mudanças fossem mínimas em virtude da inoperância das precipitações previstas.

Durante as eleições de 1970, confirmou-se a vitória de Paulo Barreto de Menezes ao governo estadual que seria ocupado no mês de março do ano seguinte. A escolha de Paulo passou por um crivo preliminar do próprio regime ditatorial, mas antes houve uma reunião com o líder nacional da ARENA a fim de colher os informes dos nomes pretendidos ao cargo. Todos os interessados e representantes partidários, cada qual com suas tendências e proposituras, estavam trancados em um gabinete algo que parecia mais um “ritual”, no qual foi descrito como “confessionário” (DANTAS, 2014). O nome de Paulo Barreto de Menezes ganharia forças graças à intercessão de Lourival Batista que possuía boas relações com os generais ligados à Presidência da República e, conforme os mesmos trâmites do governo tampão, todas as escolhas passaram sob os olhares dos militares.

Para entendermos o governo Garcez é necessário compreender esse processo eleitoral que consagraria Paulo Barreto como governante, assumindo suas funções em 1971. Isso ocorre porque o principal critério que triunfaria na decisão final de Médici foi o aspecto técnico, ou seja, não bastaria ser um entendedor de administração ou de ser gestor, mas, sobretudo, um alguém com

técnica capaz de liderar os interesses da “Revolução”. Nas palavras de Ibarê Dantas, Paulo era “o único da relação que não apresentava militância política anterior, aliás recém-filiado (1969) ao partido do governo” (DANTAS, 2014, p. 133), demonstrando o real interesse do presidente Médici em ampliar as influências das ideias revolucionárias de forma sistemática.

Já eleito, Paulo Barreto precisou interagir com João Andrade Garcez e até mesmo representar o estado de Sergipe em viagens importantes, mesmo não tendo sido empossado no cargo – algo que só ocorreria em 15 de março de 1971, até lá Garcez precisou lidar com ações conjuntas e decisões pontuais a serem tomadas. É de bom alvitre destacar que Garcez não havia perdido sua autonomia concedida pelo regime militar, mas convivia com o seu sucessor como se fosse uma equipe de “transição” só que não nos últimos meses de mandato do atual governante, como de costume; e, sim, desde o início do mandato temporário de Garcez. Algumas atitudes merecem ser abordadas nesse trabalho como é o caso das viagens à Recife e das reuniões com os representantes da SUDENE, bem como as relações com os militares.

No tocante as viagens ao Recife para reunir-se com a comissão nacional da SUDENE, cujo objetivo era enquadrar “[...] uma frente de ação para combater o flagelo da seca que vem assolando a Região Nordeste nestes últimos meses” (SERGIPE, 1970, p. 2), Garcez mostrou-se cooperativo e satisfeito uma vez que Sergipe havia sido incluído nos planos de ajuda do Governo Federal. Esse episódio de diálogos entre as diferentes esferas dos poderes constituídos se repetiriam em outras oportunidades dado os resultados positivos entre os seus representantes. O caso dos “flagelados” é uma prova dessas conexões que não se limitaram as reuniões da SUDENE, veremos nos parágrafos mais adiante como se deu esses contatos.

Antes merece sublinharmos uma política pública que aproximaria tanto o governo federal como o estadual em que articulariam programas de saneamento e habitação. Para isso, organizou-se toda uma projeção de créditos suplementares fornecidos pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), em Sergipe, esses delineamentos foram reforçados pelo Poder Executivo estadual o qual autorizou os empréstimos contraídos ou que poderiam ser contraídos pelo Banco do Estado de Sergipe (Banese) com o BNH. Como resultado desses

programas houve a construção de conjuntos habitacionais na capital sergipana. No que tange a esse momento de execução dos programas, Lygia Nunes Carvalho descreve:

Neste período o Governo Federal era liderado pelos militares, e foi marcado pela criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), voltado para a provisão de habitação para as classes populares. Em Aracaju, o marco inicial desta produção ocorreu em 1968, com a construção do primeiro conjunto habitacional pela COHAB-SE: o Castelo Branco I (CARVALHO, 2013, p. 67).

A autora nos apresenta dados importantes sobre a “provisão de habitação”, os quais sejam os destinos dessas casas e o tempo de construção. Ela complementa que nesse período de 1968 a 1970 “[...] ainda não era dada a devida importância a moradia, bem de necessidade básica do ser humano” (CARVALHO, 2013, p. 67). Ratifica-se a pouca importância direcionada ao aspecto habitacional em função das parcelas ínfimas dos recursos destinados para essa área, embora sua origem seja do fundo especial voltado ao desenvolvimento econômico e social do Estado não eram valores suficientes para gerenciar o programa em sua completude.

Mesmo em meio a esse contexto de políticas públicas que permitiram as interações do governo Garcez para com alguns ministros de Médici – Cirne Lima (Agricultura) e Coronel Mario Andreazza (Transportes). No que se refere aos dois ministros supracitados suas intervenções foram medidas atenuantes contra seca no sertão sergipano, inclusive, eles vieram até Sergipe a fim de discutir propostas de melhorias e ouvir as exigências locais. O ministro da agricultura ao desembarcar em Aracaju “[...] cumpriu o primeiro ponto de sua viagem ao Nordeste do País, objetivando manter contatos com lideranças rurais, sentindo de perto seus problemas, e observando o desenvolvimento das atividades de sua Pasta” (GAZETA DE SERGIPE, 16 de janeiro de 1971, p.1).

O Coronel Mário Andreazza, ministro dos Transportes, veio a Aracaju com o intuito de inspecionar as obras da ponte sobre o rio São Francisco no trecho entre Propriá e Colégio - este último um município de Alagoas. Com a construção dessa ponte, haveria um fluxo maior de veículos que transportam cargas com gêneros alimentícios e outros produtos importantes para sobrevivência humana,

servindo também no combate à seca e em apoio às “frentes” de trabalho (GAZETA DE SERGIPE, 14 de janeiro de 1971). Todos esses esforços mencionados visavam amenizar o sofrimento dos “flagelados” pela seca como também levar o “desenvolvimento” apregoado pelo regime militar para a região Nordeste.

Em se tratando da relação de Garcez com os militares, como vimos, desde a escolha do seu nome na lista tríplice para ocupar um governo tampão mantinham uma relação tranquila e profícua como pudemos observar na organização do novo secretariado estadual. Embora houvesse algumas rugas como quando o general-da-brigada Abdon Sena pressionou o governador a fim de que assinasse os processos de cassação dos desembargadores, a propósito, isso deixou Garcez tão incomodado que ele chegou a declarar: “[...] general, amanhã o senhor pega uma transferência e vai embora e eu vou continuar vivendo no meu ambiente” (GARCEZ, 1995, s/p apud DANTAS, 2014, p. 138). Ainda durante o seu governo, Garcez presenciou a troca do comando do IV Exército que agora passaria a está sob as responsabilidades do General João Bina Machado e em 9 de fevereiro de 1971, o novo comandante visitaria Sergipe.

A gestão de João Andrade Garcez é marcada pelas interferências de outros atores políticos que no curso do mandato foram moldando as ações do governante a partir das exigências feitas pelos seus correligionários. Em certa medida, os militares confiavam na atuação de Garcez no que se refere às pretensões “revolucionárias” tão veneradas e difundidas por seus adeptos. Com o respaldo do então presidente Médici, percebeu-se uma boa interação de Garcez com Paulo Barreto de Menezes, este já se inteirava nos negócios que envolviam o estado e suas intervenções eram com o intuito de cooperar com o governador.

Durante esse tópico pôde-se observar as ferrenhas problemáticas enfrentadas pelo governador João Andrade Garcez que em sintonia com sua jovem equipe de secretários contornaram algumas situações, amenizaram outras, mas, sobretudo, foi adiante nas resoluções. Ao assumir o governo, Garcez já fora cobrado pela imprensa e seus pares que exigiam posicionamentos enérgicos como no caso dos “flagelados” ou até mesmo no imbróglio com a Petrobrás que, estava sendo gerida pelo general Ernesto Geisel, então

presidente da instituição, uma vez que qualquer “deslize” poderia comprometer o seu curto governo. Evidentemente que apesar da brevidade de sua administração, em que ocorreram inúmeras outras situações, Garcez com a autonomia facultada pelo regime militar, montou sua equipe e sob os olhares desconfiados pôde atuar de forma expressiva, isto é, pôde ser ele mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os reflexos da ditadura em Sergipe foram sendo expostos a partir da deposição de Seixas Dória do governo estadual, em seu lugar, Sebastião Celso de Carvalho assumiria com a incumbência de auxiliar os militares a estabelecer o recente regime ditatorial implantado e difundido por todo o país. No decorrer desse processo e com os ideais militares já se consolidando, Lourival Batista decide, em maio de 1970, renunciar ao cargo de governador para concorrer nas eleições daquele mesmo ano ao senado. Neste interregno, era necessário escolher um substituto uma vez que o vice-governador de Lourival Batista preferia assumir a vaga no Tribunal de Contas e todo o procedimento para eleger um nome ocorreu conforme os desígnios do presidente Médici e as práticas já engendradas pelos governos militares nessa época.

O governo “tampão” tinha prazo e personagens determinados, mas ao que parece este foi investido de uma permissividade velada pelo regime militar que não se observa em outras experiências governativas. Essa permissividade se dava pela lógica de indicação e escolha seguida pelos presidentes durante a ditadura militar que rechaçavam candidatos que tivessem algum vínculo com grupos políticos locais, geralmente, estes compunham as “grandes famílias” das elites que já revezavam no poder.

Os limites dessa relação entre o governo estadual e os militares se davam em função da intenção de cooperação com as proposituras implementadas e seguidas desde o Golpe civil-militar em 1964, embora, no decorrer do regime inúmeros fatores adversos tenham se apresentado o que interessava aos militares é a confiabilidade do nome do candidato indicado, este foi o caso de Garcez que cumpria os “requisitos” para ocupar o cargo no Poder Executivo estadual. Portanto, infere-se que a alta cúpula do país entendia que Garcez seria

capaz de manter-se fiel aos “Objetivos Nacionais” e à ideologia já difundida entre os militares.

Ao ser escolhido, João Andrade Garcez pôde organizar sua equipe de trabalho, em sua maioria constituída por jovens sem nenhum laço político, isso renderia pressões pondo-os como alvos de pilhérias. Observou-se que Garcez também era um neófito na política e que só fez parte dela por um “acaso”, mas em sua gestão teve o apoio do seu irmão que era um militar e nos momentos mais intensos de cobranças conseguiam contorná-las.

Pôde-se inferir que os feitos de Garcez foram necessários para aquele contexto uma vez que herdara a “máquina” pública repleta de problemas, vide o caso dos “flagelados” que atravessou toda sua curta administração, precisando tomar medidas cautelosas para dirimir o sofrimento com a seca. Infere-se também o caso envolvendo a Petrobrás e o polo situado em Sergipe, segundo o qual precisou da intervenção direta do governador a fim de preservar os interesses econômicos. Vale ressaltar as interações de Garcez com Paulo Barreto de Menezes que agiam juntos em prol das pretensões “revolucionárias” e locais, já que as ações conjuntas não se limitaram às viagens.

Assim sendo, considera-se que apesar da brevidade do governo tampão, Garcez agiu diante dos infortúnios conforme dispunha dos recursos que estavam ao seu alcance, pois desde o início do seu mandato já havia recebido votos de confiança como também pressões advindas da imprensa que julgava o gestor inexperiente. Portanto, o neófito governador precisou se provar lidando com uma série de fatores críticos que exigiam atitudes pontuais as quais refletiam no bom trato com os militares. Mesmo que por um breve momento no cargo do poder executivo estadual, Garcez governou, mediante os preceitos “revolucionários”, mas pôde agir conforme sua consciência fazendo escolhas que foram respaldadas pela alta cúpula do comando militar; enfim, sua gestão estava longe de ser perfeita, contudo, cumpriu sua função.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Tradução de Clóvis Marques. Editora Vozes: Petrópolis, 1984. 362 p.

BARRETO, Luiz Antônio. Personalidades sergipanas. Aracaju: Typografia Editorial, 2007.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. Difel: Lisboa, 1989.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: (Org.). O Brasil Republicano. O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. RJ, Civilização Brasileira, 2007.

BRASIL. Decreto-Lei nº200, de 25 de fevereiro de 1967, dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Brasília,DF: Diário Oficial da União, 1965.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília,DF: Diário Oficial da União, 2011.

BREPOHL, Marionilde. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. Revista Brasileira de História, Curitiba, v. 17, n.34, p. 203-220, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/jhG4q3jQsNw7ytchH53C4X6j/?lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CAMPOS, José Aluísio de. Prestando Contas ao Povo Aracajuano. Uma Nova Experiência de Governo Municipal. Edição do Autor: Aracaju, 1970.

CARDOSO, Célia Costa. 1964 em Sergipe: política e repressão. In: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011. Anais eletrônicos [...]. São Paulo: [s.i.]. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/site/anaiscomplementares#php2go_top. Acesso em 03 jan de 2024.

CARDOSO, Marcos. Infonet. 2015. Os 100 anos de Lourival Baptista. Disponível em: <https://infonet.com.br/blogs/os-100-anos-de-lourival-baptista/>. Acesso em 01 fev. 2024.

CARVALHO, Lygia Nunes. As políticas públicas de localização da habitação de interesse social induzindo a expansão urbana em Aracaju-SE. 2013. 223f. Dissertação (Mestrado – Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional) FAUUSP, São Paulo, 2013.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio; CASTRO, Celso. Visões do Golpe. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

D'ARAUJO, Maria Celina; JOFFILY, Mariana. Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968). In: D'ARAUJO, Maria Celina; JOFFILY, Mariana (Org.). O Brasil Republicano. O tempo da ditadura – regime

militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2ª. Ed., RJ, Civilização Brasileira, 2019.

DANTAS, Ibarê. A Tutela Militar em Sergipe (1964 – 1984). 2ª ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

FICO, Carlos. O golpe de 64: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p.43-59, jan/jun 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384434840003>. Acesso em 15 jun. 2024.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60 - 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/237222632_Versoes_e_controversias_sobre_1964_e_a_ditadura_militar. Acesso: 15 jun. 2024.

JESUS, Danilo Mota de. Do consultório para as aulas da Universidade Federal de Sergipe: trajetórias de professores-alunos do curso de odontologia (1972-1979). 2022. 163f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2022.

JOFFILY, Mariana. A "verdade": sobre o uso de documentos dos órgãos repressivos. In: XXVII Simpósio Nacional de História, conhecimento histórico e diálogo social, 2013, Natal. Anais [...]. Rio Grande do Norte: [s.i], 2013, p. 1-11.

LACERDA, Ricardo. Cenários de Desenvolvimento, 2013. A economia de Sergipe em 1970 (1ª Parte). Disponível em: <http://cenariosdesenvolvimento.blogspot.com/2013/05/a-economia-de-servicos-de-sergipe-em.html>. Acesso em 03 jan. 2024.

LEANDRO, Hélio Wilson; SANTOS, David Wanderson Soares dos. “Grandes Famílias” e estruturação do espaço do poder em Sergipe: Grupos Familiares e Dinâmicas do Poder. Scientia Plena, Sergipe, v. 6, n. 12(b), dezembro, 2010, Disponível em: <https://www.scientiaplena.org.br/sp/article/view/316>. Acesso em 10 jan. 2024.

MELO, Ricardo Oliveira Lacerda de. Sergipe no Século XXI: Expansão, Crise e Reposicionamento da Estratégia de Desenvolvimento Econômico. BNB CONJUNTURA ECONÔMICA, v. 6, p. 1-22-22, 2019. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/etene/conjuntura-economica/edicao-especial-15-anos>. Acesso 01 fev. 2024.

MONTALVÃO, Arivaldo Telles; SEIDL, Ernesto. Arena Sergipana: Trajetórias Políticas dos Deputados Federais. Scientia Plena, Sergipe, v. 6, n. 3., março, 2010, Disponível em: <https://www.scientiaplena.org.br/sp/article/view/134>. Acesso em 10 jan. 2024.

PRIORE, Mary del. Histórias da gente brasileira, vol. 4: República – Testemunhos (1951-2000), São Paulo: LeYa, 2019.

NORA, Pierre. “Entre memória e História: a problemática dos lugares”. In: Projeto História. São Paulo, PUC, n. 10, p.p. 07-28, dezembro de 1993.

RIDENTI, Marcelo. Censura e ditadura no Brasil, do golpe à transição democrática, 1964-1988. Concinnitas, Rio de Janeiro, v. 2, n. 33, p. 86-100, dez., 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/concinnitas/article/view/39848>. Acesso em: 30 mar. 2023.

SANTOS, Amanda Marques dos. GESPS e a oposição em Sergipe. In: IV Congresso Sergipano de História e IV Encontro Estadual de História da ANPUH/SE – O Cinquentenário do Golpe de 64, 4., 2014, Sergipe. Anais eletrônicos [...] Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 2014. p. 1-14. Disponível em: <https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/verProducao?idProducao=969147&key=933112ed3c4559a5cdd2fb5c0f3d7f46>. Acesso em 06 jan. 2024.

SERGIPE. Casa Civil. Galeria de Governadores. [Aracaju]: SECC, 2023. Disponível em: https://www.se.gov.br/casacivil/casacivil_galeria_de_governadores. Acesso em: 09 fev. 2024.

SERGIPE. Gabinete do governador. Diário Oficial do Estado de Sergipe: Noticiário, jan. – mar., 1971.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964-1968): a preservação do Legislativo. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 29, nº 49, p.333-358, jan/abr 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/PzdRcXh8sFjzDkzL9kBsdqr/abstract/?lang=pt>. Acesso 01 fev. 2024.

ZAVERUCHA, Jorge. Militares e participação política no Brasil do final do séc. XX e início do séc. XXI. REVISTA USP, São Paulo, n.49, p. 30-39, março/maio 2001. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/5845?locale-attribute=es>. Acesso em 06 jan. 2024.

Recebido em 26/04/2024.

Aprovado para publicação em 07/06/2025.